

ENTREVISTA SOBRE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Entrevista Carlos Augusto Guimarães, estudante do mestrado em ciência política da UFPE sobre orientação dos professores Marcus André Melo e Flávio Rezende. São Paulo, 16 de março, 2001.

1) Qual a postura dos Ministérios da Educação e da Saúde em relação ao projeto das Organizações Sociais?

O ME foi contra em relação às universidades, o MS a favor. Pretendia transformar os hospitais do Rio de Janeiro, mas afinal deve ter sido mais fácil municipalizá-los.

2) Quais as razões para o fracasso, na administração pública federal, do projeto das Organizações Sociais?

Não há fracasso, há lentidão. Os servidores têm medo, os ministros e altos funcionários não querem perder poder (descentralizar). Os funcionários das entidades que deveriam transformar-se em organizações tinham medo de que se tratasse de um privatização. Ou que o Governo reduzisse as dotações. Este último medo, aliás, confirmou-se na prática, no caso da TV-E, revelando total incompreensão do sentido do projeto por parte de quem fez essa redução. Se uma entidade passa a ser melhor administrada porque tornada mais autônoma, e passa, assim a fazer melhor uso dos recursos públicos, deve ter sua dotação orçamentária aumentada, jamais diminuída. Isto é incentivo negativo: incompetência. O projeto tem caminhado mais nos estados, como, por exemplo, São Paulo, com os hospitais. É uma questão de tempo.

3) A reforma administrativa foi capturada pela ótica fiscal (redução das despesas, dedução do número de servidores etc.), ficando as mudanças institucionais em segundo plano?

Prefiro dizer que ficou em segundo plano. Há um grande esforço realizado no PPA.

4) Não era contraditório o governo ter uma postura de confronto com a maioria dos servidores públicos, por exemplo, o Plano não previu a participação de representantes dos servidores nem no Conselho e nem na Câmara da Reforma do Estado), ao mesmo tempo em, chama a atenção para a importância da participação

dos servidores na implantação do projeto das Organizações Sociais nos seus respectivos órgãos?

Os altos servidores, nas pesquisas realizadas no final de 1997, e em 1998, mostraram-se favoráveis ao Plano Diretor, porque perceberam que este os prestigiava. Em nenhuma câmara houve participação de funcionários. Como as demais, a Câmara da Reforma do Estado pouco funcionou. Não houve confronto com os funcionários, que aliás não faria o menor sentido. A reforma foi feita para beneficiar o país e os bons funcionários, que são a maioria.

5) Diversos órgãos demonstraram interesse em discutir o projeto, muitos debates foram realizados a discussão sobre o projeto Organizações Sociais, muitos debates foram realizados. A principal crítica em relação ao projeto referia-se à mudança da personalidade jurídica dos órgãos, ou melhor, era o fato da extinção das entidades públicas. Este era um item inegociável da proposta? Não havia possibilidade de um meio-termo?

Talvez exista um meio-termo. É o que está se tentando com a adoção do regime trabalhista nas universidades. Mas creio que é um remendo.

6) Quais os incentivos oferecidos aos órgãos e servidores para que implementassem o projeto das Organizações Sociais?

Em princípio os servidores poderiam ganhar mais. Teriam seus salários assegurados, porque se mantiveriam servidores, e poderiam receber adicionais caso a OS obtivesse recursos.

7) Ao desconsiderar as especificidades dos órgãos públicos e as mudanças institucionais ocorridas nos últimos anos (a reforma sanitária, a criação do SUS), não fez com que a proposta das Organizações Sociais nascesse com reduzida possibilidade de sucesso?

O SUS só favorece a transformação de hospitais estatais em OS.

8) Assiste-se ao retorno do Programa Nacional de Desburocratização e o Programa da Qualidade no Serviço Público, em ambos a opção é por uma estratégia incremental. Isso marcaria o fracasso do gerencialismo público?

O Programa de Qualidade do Serviço Público era parte essencial do meu projeto (veja meu livro, Reforma do Estado para a Cidadania). A Reforma Gerencial de 1995 sempre foi uma reforma incremental. Ninguém estava pretendendo fazer revolução.

9) O senhor coloca que a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência das “OSPNEs” decorreria do aumento da possibilidade de “saída”, nos termos de Hirschman. Se um dos objetivos teleológicos da reforma do Estado é o alargamento da democracia, não seria mais condizente com esse objetivo a criação de mecanismos que amplificasse a “voz”, conforme o próprio Hirschman?

No oferecimento de serviços sociais e científicos financiados pelo Estado – o campo das Oss – a voz e a saída, ou seja, a cooperação e a competição devem ser combinadas. Só a voz é puro burocratismo de que quer manter monopolistas serviços que não são por natureza monopolistas.

10) A sociedade civil revela uma força extraordinária na produção de bens e serviços, então, por que razão o Estado não estimula o seu fortalecimento, através do seu financiamento até mesmo cessão de servidores públicos para essas entidades, ao invés de extinguir órgãos para em seguida criar sucedâneos com o mesmo nome, símbolo e patrimônio do órgão extinto?

Você está sugerindo que o Estado desvie os recursos escasso que tem das entidades de serviço que já possui (como hospitais e universidades) para entidades novas ou para entidades já existentes não estatais? Não creio. Então a pergunta não faz sentido.